

12 A 15
OUTUBRO
2018

19ª EDIÇÃO

MINIONU

NOSSO JEITO DE MUDAR O MUNDO

GUIA DE ESTUDOS

FAO (2017)

A CRISE ALIMENTAR NO IÊMEN

DIRETOR

Marco Túlio Souza Morais

ASSISTENTES

Isabella Bastos Silva da Cruz
Luísa Santos Góis



PUC Minas

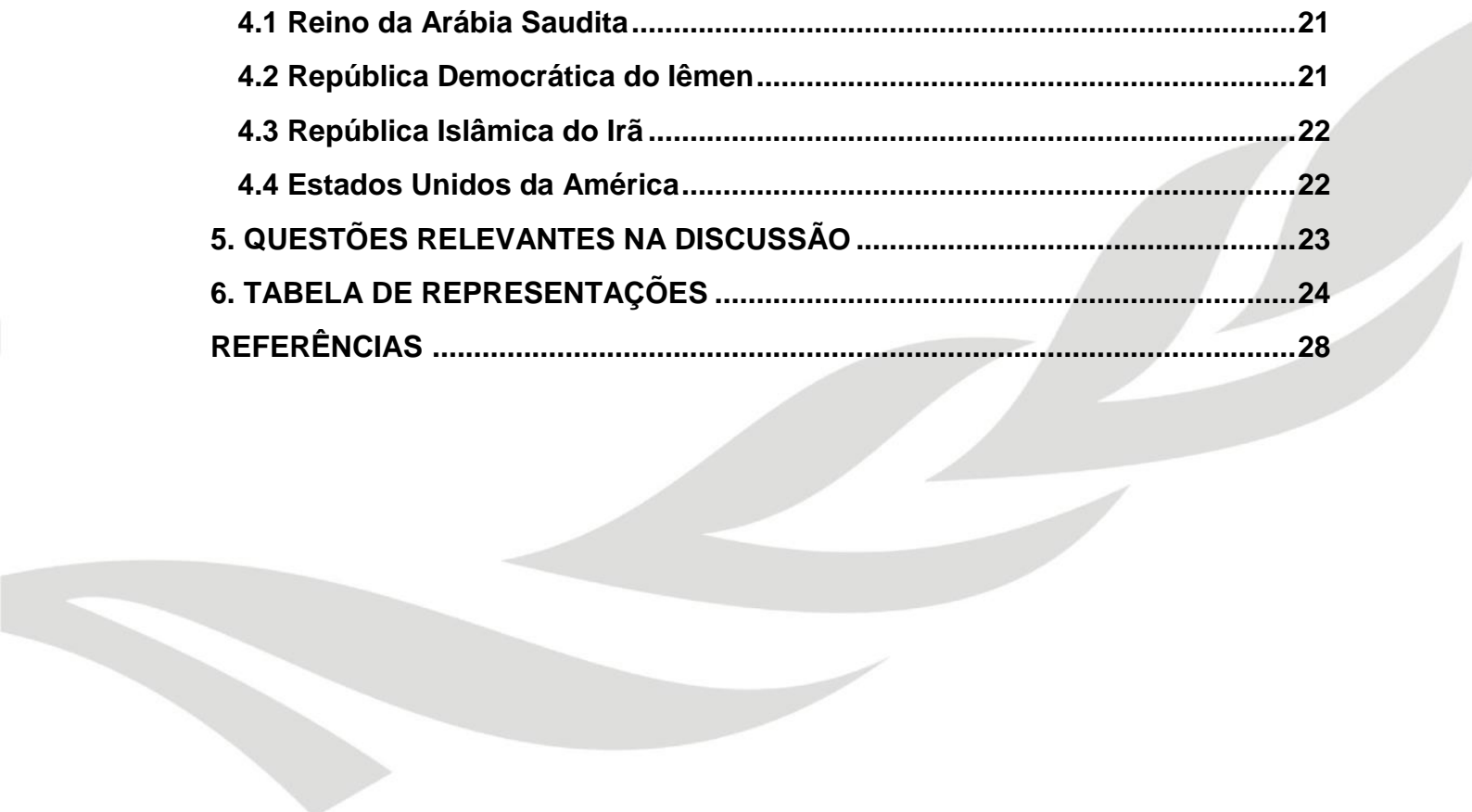


MINIONU

MINIONU.COM.BR | 31 3319-4527

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO DA EQUIPE.....	3
2. APRESENTAÇÃO DO TEMA.....	4
2.1. A crise alimentar no Iêmen	4
2.2. Fatores causais da crise alimentar.....	8
<i>2.2.1 A Guerra Civil no Iêmen e seus impactos para a crise alimentar</i>	<i>11</i>
3. APRESENTAÇÃO DO COMITÊ	15
3.1 Objetivos da FAO e a maneira de trabalhá-los	15
3.2 Estrutura e órgãos que compõe a FAO.....	18
4. POSICIONAMENTO DOS PRINCIPAIS ATORES	20
4.1 Reino da Arábia Saudita.....	21
4.2 República Democrática do Iêmen.....	21
4.3 República Islâmica do Irã	22
4.4 Estados Unidos da América.....	22
5. QUESTÕES RELEVANTES NA DISCUSSÃO	23
6. TABELA DE REPRESENTAÇÕES	24
REFERÊNCIAS	28



1 APRESENTAÇÃO DA EQUIPE

Olá senhores e senhoras delegadas! Meu nome é Marco Túlio, tenho 22 anos, estou no sétimo período do curso de Relações Internacionais da PUC-Minas e sou o diretor do comitê da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), que simula um debate sobre a crise alimentar no Iêmen no ano de 2017. Em 2016 fui voluntário do comitê de logística, o que me inseriu dentro do projeto e me conquistou. Nesta primeira participação aprendi bastante coisa, principalmente, o significado do que é trabalhar em equipe. Desde então, me senti cativado e decidi não deixar de participar do MINIONU em 2017, quando fui diretor-assistente do comitê da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN-1999) sobre a Guerra do Kosovo. A partir de então, fiquei apaixonado em estar dentro de um comitê e simular um debate, como se estivéssemos em um ambiente diplomático. Como diretor-assistente percebi que o projeto é perfeito para aquelas pessoas que gostam da área acadêmica de Relações Internacionais, que era exatamente o meu caso. Este ano eu consegui criar o meu próprio comitê e isso é motivo de muito orgulho e felicidade para mim, ainda mais com um tema tão atual e pouco falado, mas de grande relevância social e mundial. Enfim, espero, com muito amor e dedicação ao projeto, fazer vocês terem a melhor experiência no MINIONU este ano.

Prezados delegados. Meu nome é Isabella, tenho 19 anos e estou cursando o terceiro período do curso de Relações Internacionais. Eu sou, com muito orgulho, diretora assistente do comitê da FAO (2017) sobre a crise alimentar no Iêmen. A minha primeira participação no MINIONU ocorreu no ano passado em que eu fui voluntária do comitê Centro de Comando Operacional (CCO-1942). Essa participação para mim foi muito importante para compreender e me apaixonar por esse projeto, pois eu, infelizmente, não tive a oportunidade de participar do MINIONU durante o meu ensino médio. Tenho muito orgulho de poder participar desse evento e de trabalhar nesse comitê, que no meu ponto de vista trata sobre um assunto que tem extrema importância, contudo, tristemente, não é muito discutido na mídia. Espero que vocês sejam cativados por esse assunto, que será tratado, como eu fui e que vocês tenham uma ótima experiência no MINIONU.

Sejam bem-vindos senhores delegados! Meu nome é Luísa, tenho 20 anos e estou no terceiro período de Relações Internacionais. Minha história com o

MINIONU começa em 2015, quando tive a incrível oportunidade de participar do comitê do Tribunal Penal Internacional de Ruanda (TPIR-1994) como delegada, onde fui ré em um tribunal que tratava a guerra civil em Ruanda entre Hutus e Tutsis. Essa experiência me ensinou muito sobre como a justiça internacional trata assuntos de grande relevância e conheci mais a respeito da minha própria pessoa. Em 2017, já como aluna de Relações Internacionais, participei como voluntária do comitê Conferência Mundial Contra o Racismo (WCAR, 2017) e aprendi como os diferentes países lidam com essa questão tão relevante para o cenário internacional e, particularmente, para mim. Em 2018, com enorme prazer, sou Diretora Assistente da FAO (2017), comitê que trata da crise alimentar no Iêmen e estou empenhada em tornar essa experiência, uma forma de aprendizado e de conhecimento, a respeito de um tema que é pouco apresentado na mídia convencional mas que necessita de nossa atenção.

2 APRESENTAÇÃO DO TEMA

Esta seção será desenvolvida com o intuito de apresentar às senhoras e senhores delegados o tema a ser discutido em nosso comitê. Portanto, isto envolve deixar claro os problemas que serão abordados na simulação, apresentar alguns conceitos que são cruciais para discutir e entender os mesmos, além de colocar em pauta alguns fatores que são essenciais para a realização da discussão. Dessa forma, trataremos de desenvolver o tema sobre a crise alimentar no Iêmen.

2.1. A crise alimentar no Iêmen

A crise no Iêmen é uma temática pouco discutida nos telejornais e nas mídias de grande alcance, de modo que, em um cenário amplo, tal problemática é pouco analisada em termos acadêmicos. No campo das Relações Internacionais, a situação iemenita é de grande relevância por dialogar com diversas questões que são de extrema importância para os debates vistos nesse campo do conhecimento. A começar pelo Direito Internacional e mais especificamente pelo debate acerca dos Direitos Humanos, em que a população iemenita está privada de diversos direitos básicos como à alimentação, à saúde, à segurança e ao direito de viver com bem-estar (INTERNATIONAL..., 2018).

Para a ONU, a garantia dos Direitos Humanos é um dos pilares essenciais e que motivam sua existência. Isso fica evidente quando se observa as diversas

agências dentro da organização uma vez que, de certo modo, todas se posicionam em algum aspecto da garantia de direitos que dão dignidade ao ser humano, como é o caso da própria FAO que, como explicaremos nas próximas páginas, busca garantir alimentação para todos e alcançar metas globais essenciais para a implementação dos Direitos Humanos (FOOD..., 2018). Acredita-se que uma das razões dessa divisão da ONU se refere a uma tentativa de otimizar o trabalho nas diferentes áreas dos Direitos Humanos. Logo, o caso do Iêmen é relevante para o campo das Relações Internacionais por ser um claro e urgente caso de violação desses direitos inalienáveis.

O Iêmen pode ser considerado nos últimos anos, de acordo com os dados do Banco Mundial, como sendo o segundo país mais pobre da região do Oriente Médio e Norte da África e, pelo menos desde 2011, o mesmo tem tido problemas relacionados à segurança alimentar: conforme alguns dados apresentados pela FAO (Food and Agriculture Organization)¹, 41% da população enfrentava problemas para se alimentar, sendo que em 2014, este número aumentou para 43% dos iemenitas. (FOOD AND AGRICULTURAL POLICY DECISIONS ANALYSIS, 2014). Durante os anos de 2015 e 2016, esses números foram aumentando e, atualmente (em 2017), os números mostram que 17 milhões de pessoas sofrem de insegurança alimentar (62,5% da população total do Iêmen), onde 7 milhões estão em situação de extrema vulnerabilidade, o que caracteriza o Iêmen como estando em uma crise alimentar gravíssima. (WORLD FOOD PROGRAMME, 2017; WORLD FOOD PROGRAMME, 2016).

Neste contexto, é essencial entendermos alguns conceitos basilares para o entendimento desta situação. Afinal, o que são questões de segurança alimentar e o que é insegurança alimentar? Além disso, é importante discutir de forma mais detalhada sobre o que significa para um país se encontrar em crise alimentar. Estas são questões a serem explicadas ao longo do guia.

Ao emergirmos neste assunto, nos deparamos com uma questão importante para o tema específico, assim como é para as Relações Internacionais de forma geral: o conceito e o papel do Estado². Apesar da ampla e desnecessária discussão

¹ Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura.

² Não confundam um Estado soberano com, por exemplo, um estado brasileiro. Enquanto o primeiro é o que eventualmente chamamos de país, o segundo faz parte da República Federativa do Brasil. Neste guia, sempre que falar de Estado, considere o primeiro conceito.

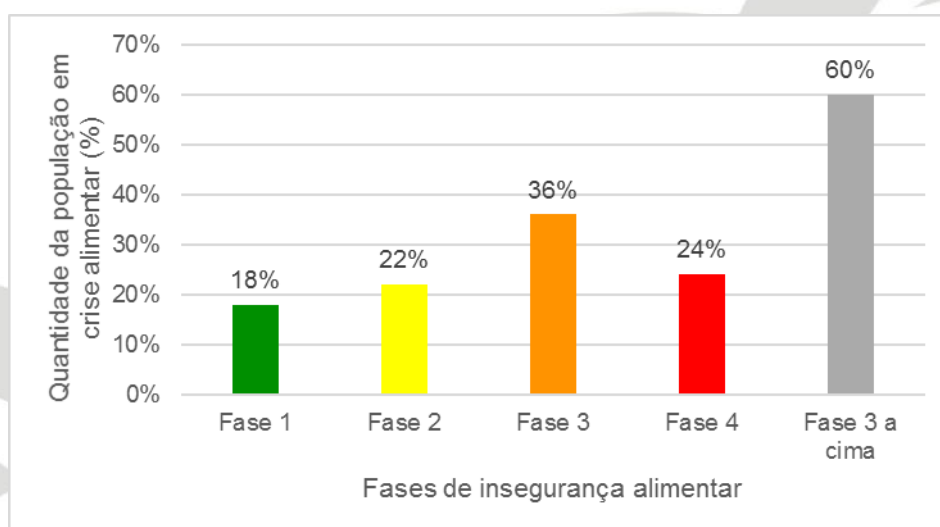
que isto poderia nos levar a ter, é preciso esclarecer alguns pontos. Um Estado é, segundo Wallensteen *apud* Weber (2002), uma relação de homens dominando homens, relação mantida por meio da violência legítima (isto é, considerada como legítima). Ele é uma comunidade humana que pretende, com êxito, o monopólio do uso legítimo da força física dentro de um determinado território. Considera-se que ele possui alguns papéis e funções voltadas para esta sociedade que vive dentro de seu território, como o de garantir as necessidades materiais dos indivíduos. Posto isto, passa a ser dever do Estado garantir, por exemplo, a saúde, trabalho, educação e, enfim, chegamos no ponto onde é de nosso interesse, o alimento. Portanto, é dever do Estado garantir que os indivíduos se alimentem, tenham comida suficiente para conseguirem viver ou simplesmente terem condições de viverem como seres humanos. (MANIGLIA, 2009).

Segundo Maniglia (2009), segurança alimentar é um conceito ligado à produção de alimentos de cada Estado, justamente por conta de suas funções mencionadas anteriormente. Neste sentido, quanto mais ele consegue satisfazer a demanda interna sem depender de outros países, independentemente de qualquer eventualidade³, maior é a garantia de que sua população não sofrerá de insegurança alimentar. No entanto, a quantidade de alimentos não deve ser somente suficiente para uma dada sociedade, mas também deve ser de qualidade, já que de nada adiantará alimentos ruins sendo oferecidos para todos. O conceito em questão deve ser relacionado também com a questão da pobreza, o que implica na capacidade do indivíduo de possuir o alimento. Ainda de acordo com Maniglia (2009), sem o poder econômico para comprar alimentos, não há acessibilidade à comida, o que acarreta em mais pobreza e favorecimento do aparecimento de doenças. Sendo assim, este processo torna-se um ciclo, onde a desnutrição gera menos produtividade e, como consequência, uma menor renda. Também, segundo a Food and Agricultural Organization (2006), segurança alimentar é poder utilizar o alimento em certas condições que garantam a satisfação das necessidades fisiológicas do corpo humano, como possuir uma dieta adequada, água de qualidade e acompanhamento médico.

³ Crises econômicas, políticas ou até mesmo climáticas, assim como eventos cíclicos, como falta de alimentos em certos períodos do ano entram nisto que chamamos de "eventualidades" (FOOD AND AGRICULTURAL ORGANIZATION, 2006).

A população de um Estado pode sofrer, em diferentes graus, de insegurança alimentar, sendo que há casos mais brandos e outros mais severos. Apesar da dificuldade de se medir algo assim, o IPC (Integrated Food Security Phase Classification) utiliza de uma escala de 5 fases para classificar a intensidade da insegurança alimentar de uma população, com o intuito de identificar Estados que necessitam de maior ajuda para prover alimentos para sua sociedade. Neste contexto, países com altos graus de indivíduos e famílias que se encontram nas fases 3, 4 ou 5 de insegurança alimentar, são aqueles que necessitam de maior auxílio, tendo em vista que há a existência de grandes quantidades de pessoas que sofrem de uma severa ou completa falta de alimentos, preocupantes graus de desnutrição e, portanto, em crise alimentar (INTEGRATED FOOD SECURITY PHASE CLASSIFICATION, 2008). Com base nesta classificação, o IPC mostra que entre março e julho do ano de 2017, o Iêmen vivencia, de maneira geral, em situação de crise alimentar, considerando que 60% da população iemenita se encontra em um estado de insegurança alimentar fase 3 ou 4⁴ (INTEGRATED..., 2017).

Gráfico 1 - Situação da população iemenita entre março e julho de 2017



Fonte: INTEGRATED FOOD SECURITY PHASE CLASSIFICATION, 2017

⁴ Estes 60% são compostos por 10.2 milhões de iemenitas que se encontram em situação de crise (fase 3) e 6.8 milhões de indivíduos em situação emergente (fase 4). (INTEGRATED FOOD SECURITY PHASE CLASSIFICATION, 2017)

2.2. Fatores causais da crise alimentar

Várias questões explicam a crise alimentar, como a baixa produtividade, sistema de mercado problemático, falta de recursos naturais, infraestrutura, instituições do Estado precárias e as condições climáticas (FOOD AND AGRICULTURAL POLICY DECISIONS ANALYSIS, 2014). No entanto, como veremos mais a frente, o que explica o agravamento da situação a partir de 2015 é o início da Guerra Civil em seu território (ALVES; MACHRY, 2016). Pretende-se explicar que, neste contexto, os alimentos não são somente indisponíveis no mercado local, mas também inacessíveis para a população iemenita, causando, então, uma crise de grande magnitude.

Portanto, é imprescindível, para falarmos do tema proposto, abordar as dificuldades relacionadas aos recursos naturais que o Iêmen possui para produção interna no setor agrícola. A escassez de água é um dos grandes problemas do Iêmen e é algo que vem se arrastando a décadas. Segundo Gieseke (2012), a OMS (Organização Mundial da Saúde) considera que a disponibilidade de água abaixo de 1000 m³ por pessoa é avaliada como situação de escassez, sendo que já nos anos 90 a quantidade de água era de 460 m³ para cada indivíduo iemenita. Esta situação pode ser explicada, principalmente, pela falta de chuvas no país e insuficiência de água no subsolo. É relevante destacar também, a falta de controle por parte do governo iemenita em relação a como a população gasta a água disponível. O Estado iemenita não possui autoridade e instituições eficientes para controlar o uso de tal recurso, deixando com que os proprietários das terras e o setor privado em geral controle por conta própria este bem, piorando a situação de escassez, já que eles acabam utilizando o recurso de maneira irresponsável, sem uma distribuição correta (GIESEKE, 2012).

Além da falta de água, segundo a Organização das Nações Unidas (ONU) Brasil (2016), há uma pequena quantidade de terra cultivável, sendo que apenas 4% do território pode ser utilizado para a agricultura (FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION, 2017). Isto pode ser explicado por conta da propensão das terras iemenitas de serem afetadas por um processo de desertificação ou por alagamentos, que é consequência da combinação entre a topografia de seu território e o clima árido do país. Também, o aumento na temperatura eleva a recorrência destes processos, o que contribui ainda mais para a degradação das condições da

produção agrícola e pesca. A título de exemplo, o Iêmen, nos últimos vinte anos, sofre de um desastre natural por ano, como a ocorrência de chuvas pesadas e intensas, o que acarreta no aumento de perda de terras para enchentes. Esses casos isolados são extremos e não amenizam os impactos da seca que assolam o Iêmen durante o ano. (CLIMATE..., 2011).

A falta de recursos naturais e a condição climática não são os únicos fatores que explicam a insegurança alimentar que boa parte da população do Iêmen vive nos últimos anos. A questão da pouca produtividade por parte da população é um fator que deve ser levado em conta. Então, neste momento, como já relacionado anteriormente, é inevitável mencionar o estado de extrema pobreza pelo qual a sociedade iemenita passa. A pobreza da população dificulta a sua nutrição, deixando-a menos apta para trabalhar, uma vez que o corpo não possui força e saúde para ser eficiente. A dificuldade para adquirir renda é iminente e, assim, comprar alimentos também (MANIGLIA, 2009). Segundo dados do Banco Mundial (2002), ao final dos anos 90 e início de 2000, mais de 42% dos iemenitas viviam abaixo da linha da pobreza (BANCO MUNDIAL, 2002). Esses números continuam altos nos anos seguintes, sendo que, pelo menos até 2011, 35% da população continuava na mesma situação, sem contar a boa parte da população que se encontrava e ainda se encontra no limite da linha da pobreza (BANCO MUNDIAL, 2002; FOOD..., 2014; CORDESMAN, 2017). Os iemenitas vivem, em sua grande maioria, nas áreas rurais, o que as levam a depender da agricultura para sobreviver. No entanto, além da degradação dos recursos naturais, a pobreza de boa parte da população que se encontra nestas áreas também os incapacita de investirem em tecnologias e conhecimento para melhorar a produção de alimentos (FAO, 2017; AHMED; ALI, 2017?).

O Iêmen possui como vizinhos diversos países que também estão sendo assolados por guerras ou conflitos. Por conta disso, segundo a Organização Internacional para as Migrações (OIM), o país tem sido a origem de diversos imigrantes, seja como ponto de trânsito entre um país e outro ou até mesmo como um ponto de destino (DIÁRIO..., 2018). Os países que são a principal origem dos migrantes para o Iêmen se concentram na região do chifre africano, com grande destaque para a Eritreia, Sudão, Somália e Etiópia. A Organização Internacional para as Migrações (OIM) destaca que por mês, chegam mais de 10.000 migrantes

ao Iêmen com origem dessa região do continente africano (DIÁRIO..., 2018). Essa situação amplifica os danos à população iemenita, tendo em vista que aumenta o número de indivíduos para serem abastecidos por recursos alimentícios, cuja oferta já é escassa no país. Isto significa que há uma maior demanda em um local com pouca oferta de alimentos, tornando ainda mais crítica a questão da crise alimentar no Iêmen.

A escolha do Iêmen como local de refúgio pode ser questionada por muitos pela crise alimentar e Guerra Civil que se tem nesse território, contudo é possível analisar diferentes motivos que levam os indivíduos a fazer esse tipo de migração no Iêmen. O primeiro, de acordo com o Alto Comissário das Nações Unidas para Refugiados (UNHCR, 2016), é o fato de que esse Estado é o único na Península Arábica que ratificou a Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados (1951) e o seu Protocolo de 1967. Esse tratado se refere a como os Estados devem se comportar em relação aos refugiados estabelecidos nos seus territórios. O segundo, ainda de acordo com a UNHCR (2016), se refere ao fato de que os indivíduos que estão a busca de um local para conseguir se refugiar do seu Estado de origem recebem informações incorretas sobre a situação do Iêmen. Desse modo, muitas pessoas não possuem informação sobre o fato de que esse Estado está passando por uma Guerra Civil e uma crise humanitária. Ademais, aqueles que compreendem a situação crítica do Iêmen são levados a concluir que as regiões no sul do território iemenita estão em uma situação pacífica ou que há um acesso possível de ser feito, sem nenhum risco, para os demais países na Península Arábica (UNHCR, 2016).

Todos estes problemas mencionados acima dificultam a produção interna de alimentos, o que leva o país a recorrer ao setor externo para suprir a demanda de sua população. Apenas 10% do trigo, o cereal mais utilizado pela população, consumido no país advém da produção interna, ou seja, 90% deste produto é fruto das importações. Além de haver uma grande quantidade de importações de produtos como animais vivos, carne, leite e laticínios em geral (FOOD..., 2017). Mesmo que o setor externo possa suprir a falta de produção interna, há mais alguns fatores que fazem com que esta alternativa não seja suficiente e muito mesmo eficiente. É notável o processo inflacionário pelo qual os produtos importados passam, fazendo com que os preços destes produtos fiquem mais caros. Isto pode ser explicado pelo monopólio que algumas empresas possuem ao importar e

distribuir os alimentos, o que gera um mercado não competitivo, fazendo com que os preços dos produtos inevitavelmente aumentam. Tudo isto diminui a acessibilidade da população em relação aos alimentos, uma vez que sua renda é pequena para poder adquirir produtos tão caros, criando uma bola de neve, onde os comerciantes locais do país não vendem o suficiente e ficam sem capital⁵ para continuar os ofertando (WORLD..., 2010). Entretanto, a partir de 2015, a importação de produtos alimentícios não só fica financeiramente inacessível, como também não consegue entrar no território iemenita.

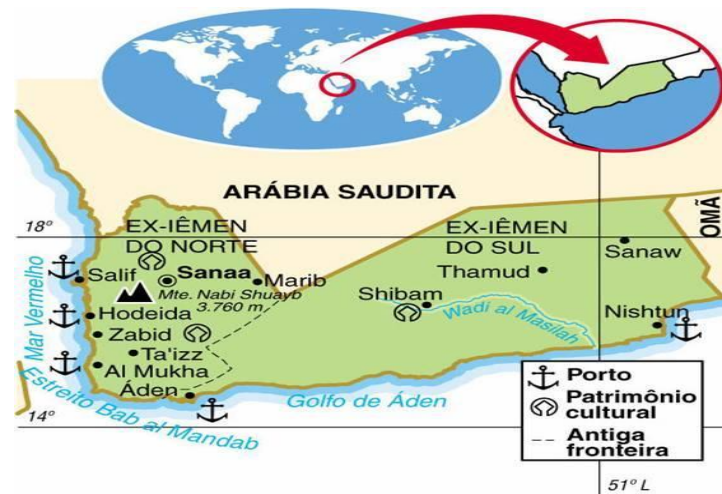
2.2.1 A Guerra Civil no Iêmen e seus impactos para a crise alimentar

Por fim, para entender melhor a crise alimentar existente em 2017, é preciso entender também a Guerra Civil que se iniciou em 2015. Tentaremos mostrar como o conflito travado entre os Houthis, um grupo interno do país, e o governo de Hadi, reconhecido internacionalmente, somente piorou os fenômenos supracitados. Mas antes é importante buscar compreender o contexto histórico em que a Guerra Civil se faz presente, com o intuito de garantir maior propriedade para falar dela e dos seus impactos para a crise alimentar, além de também contextualizar a insegurança alimentar dentro da situação política e social do país.

De acordo com Alves e Machry (2016), durante quase toda a história do território iemenita ele foi dividido entre tribos regionais, sendo que no século XX, o mesmo foi dividido entre Norte e Sul. Cada território ganhou sua autonomia no início dos anos 60.

⁵ Capital é um recurso financeiro ou material que permite compra ou geração de renda.

Figura 1: Mapa dos antigos Iêmen do Norte e Iêmen do Sul



Fonte: Mega Times⁶

Ainda segundo Alves e Machry (2016), as populações de ambos eram e são compostas por muçulmanos, sendo o Sul onde vivem o ramo sunita da religião muçulmana e o Norte onde vivem os zaiditas, do ramo xiita⁷. Foi somente em 1990 que o Iêmen do Norte e a República Democrática Populista do Iêmen decidiram se unificar, muito porque este último, um Estado socialista, deixou de ganhar o suporte dado pela enfraquecida União Soviética. Foi definido também que o antigo líder do Estado do Norte, Abdullah Saleh, seria o presidente do novo Iêmen (ALVES; MACHRY, 2016).

⁶ Disponível em: <http://www.megatimes.com.br/2011/11/iemen-aspectos-geograficos-e-sociais.html> . Acesso em: 29 jan., 2018.

⁷ No entanto, também existem sunitas no Norte do Iêmen. Ver mais em: <https://www.independent.co.uk/news/world/middle-east/sunni-and-shia-islams-1400-year-old-divide-explained-a6796131.html>

Figura 2: Mapa atual do Iêmen.



Fonte: Wordpress⁸

Apesar do consenso de se unificarem, o Sul começa a mostrar insatisfação com a pouca representação política dentro do Estado iemenita, o que desencadeou uma Guerra Civil entre o Sul e o Norte em 1994, a qual foi vencida pelo último. Desde então, as queixas não cessaram. A partir dos anos 2000 começaram a crescer alguns grupos que lutavam contra a liderança de Saleh, que ainda era o presidente, como é o caso dos zaiditas Houthi do Norte, o Movimento Separatista do Sul. Além do surgimento do grupo terrorista Al-Qaeda no Iêmen. Em 2004 e 2010 Saleh enfrentou os Houthis, o que gerou mais conflitos. Foi em 2011, portanto, com a insurgência dos protestos da Primavera Árabe⁹ no país, que o presidente Saleh, também pressionado por outros países influentes, saiu do poder após décadas. Com isso, em 2012 houve novas eleições no país, tendo como vencedor o antigo vice presidente, Abdu Rabbu Mansour Hadi (ALVES; MACHRY, 2016).

Segundo Alves e Machry (2016), nos anos subsequentes Hadi tentou dialogar com toda a população iemenita, com o intuito de satisfazer os interesses de todas as partes, o que acabou falhando e acarretando na invasão do grupo zaidita Houthi no palácio presidencial. Neste contexto, os sulistas decidiram apoiar Hadi contra os nortistas Houthi, uma vez que estes últimos criaram um governo próprio para controlar todo o país, o que não era interessante para o Sul e nem para presidente eleito em 2012. Desde então, outros atores surgiram e se envolveram no

⁸ Disponível em: <https://eco4u.wordpress.com/2011/02/25/aquecimento-global-iemen-esta-se-tornando-a-primeira-nacao-a-ficar-sem-agua/>. Acesso em: 06 fev., 2018.

⁹ Ver mais em: <https://periodicos.ufsm.br/interacao/article/view/21213/12806>

conflito também, como a coalizão liderada pela Arábia Saudita que apoia o governo iemenita de Abd-Rabbu Mansour Hadi, presidente sunita. Essa coalizão recebe apoio logístico e de inteligência de países como Estados Unidos, Reino Unido e França. O rival ideológico que contrapõe essa defesa é o Irã, que apoia o grupo xiita Huti, milícia rebelde dentro do Iêmen. A presença da Al-Qaeda por meio de ataques sistemáticos tem agravado ainda mais o clima tenso na região. (ALVES; MACHRY, 2016).

A violência gerada pelo conflito agravou ainda mais os problemas relacionados aos recursos naturais e as terras para plantio. Além disso, a Guerra também desencadeou a intervenção da coalizão liderada pela Arábia Saudita, a qual, por sua vez, bloqueou a entrada de produtos para dentro do território iemenita, inclusive de alimentos. Sendo o Iêmen um país que importa alimentos e que depende muito disto para suprir sua demanda interna, tal bloqueio afetou diretamente a falta de alimentos. Logo, percebe-se que não é somente a falta de oferta de alimentos que explica a insegurança alimentar, mas a falta de condições da população de possuí-la.

Assim, a infraestrutura iemenita precisa ser mencionada, pois sofreu muito com os ataques, sendo que, segundo o Comitê de Oxford de Combate à Fome (OXFAM, 2017), hospitais, escolas, mercados e casas foram bombardeadas, o que afeta a possibilidade da população de comprar alimentos, tendo em vista que há falta de mercados disponíveis, além do medo da população de sair para adquirir os produtos, uma vez que essa situação os impõe maior risco de serem atacados. Ainda de acordo com a OXFAM (2017), o aumento nos preços dos combustíveis complicou a locomoção dos iemenitas e também a distribuição de alimentos, ainda mais que em áreas rurais os mercados são distantes da população, exigindo longas caminhadas e, tendo em vista que 65% dos iemenitas vivem em áreas rurais, isto afeta fortemente a grande maioria do país. Também, a economia começou a apresentar grandes deficiências, com exorbitantes taxas de dívida pública, uma baixa renda por parte da população, inflação generalizada e uma consequente contração na economia. Por isso, atualmente, o setor agrícola do país possui várias deficiências e é incapaz de prover os alimentos necessários para a população, como é o caso do trigo, milho, vegetais, carne, leite e peixes (ALVES; MACHRY, 2016; FOOD..., 2017; NASSER, 2016).

3 APRESENTAÇÃO DO COMITÊ

A simulação deste comitê acontecerá no âmbito da Food and Agricultural Organization (FAO), que faz parte do Sistema ONU. Vale deixar claro que, segundo autores como Xavier (2007), a ONU é uma Organização Internacional criada logo após a Segunda Guerra Mundial, cujos membros são os Estados que assinaram a Carta das Nações Unidas. Portanto, ainda segundo estes autores, ela não pode ser considerada como sendo uma autoridade governamental mundial, uma vez que a mesma é somente o resultado da organização formal entre os países membros, cada um com seu governo detentor de autoridade máxima dentro de seus respectivos territórios.

Com o passar do século XX, a coordenação e organização entre os Estados foi aumentando e se tornando mais complexa, o que acabou resultando na instituição de várias outras organizações que estão submetidas à ONU e que dão um suporte em assuntos específicos, como é o caso do BM (Banco Mundial), da OIT (Organização Internacional do Trabalho) e da FAO, compondo, assim, o Sistema ONU (XAVIER et al., 2007). A FAO é, portanto, uma organização internacional especializada constituída em 1943, quando a comissão foi instituída com a intenção da criação de uma organização voltada para o tema alimentação e agricultura, tendo em vista a importância da nutrição para o ser humano (OECD, 2016).

Em 1945 os primeiros 34 países membros da FAO assinaram a constituição, quando realizaram a primeira Conferência da organização. No entanto, a partir dos anos 70, a FAO deixou de discutir exclusivamente a alimentação e a agricultura, pois outras diversas questões também relevantes apresentavam-se em seus fóruns de discussão como, por exemplo, as mudanças climáticas, a falta de recursos naturais e crises econômicas, gerando assim mudanças internas dentro das prioridades e dos objetivos da organização (OCDE; FAO, 2016). Todas essas mudanças resultaram no que a FAO é atualmente e, para conhecermos a arena em que a simulação ocorrerá é importante conhecermos a sua estrutura, os objetivos e a maneira de trabalhar desta organização.

3.1 Objetivos da FAO e a maneira de trabalhá-los

Pois bem, uma das principais metas da referida organização é a erradicação da fome, garantir a segurança alimentar e acabar com a desnutrição no mundo.

Estes objetivos envolvem variadas questões que precisam estar em ordem. Não se trata apenas de disponibilizar alimentos, mas também garantir acessibilidade desse recurso para a população, uma dieta que atenda a todas necessidades do corpo, um ambiente propício para a sua utilização, ou seja, com água e saneamento de qualidade. Para isso a FAO busca trabalhar junto com a sociedade civil, parceiros e os países, com o intuito de alcançar soluções para os problemas relacionados à alimentação. Neste sentido, ela tenta levantar recursos, garantir maior capacitação e comprometimento político por parte de todos, seja em âmbito nacional, regional ou mundial. É preciso que um conjunto de políticas relacionadas à segurança alimentar sejam implementadas para que haja uma redução da fome e desnutrição (FOOD..., 2017).

Além disso, tendo em vista a segurança alimentar para a população, a FAO almeja fazer com que a produção agrícola e a pesca sejam mais produtivas e sustentáveis. Para isso, a referida Organização Internacional tenta promover o uso eficiente dos recursos naturais, diminuição de impactos ecológicos, sociais e econômicas negativas na produção destes setores e aumento das informações ligadas a estas produções. Neste sentido, ela acredita que seja necessário aumentar a capacidade dos órgãos nacionais de controlar estes recursos, assim como dar condições para que haja uma maior eficiência no processo de produção e, então, entra a importância da tecnologia neste contexto. De modo geral, acredita-se que a implementação da tecnologia aumenta a produtividade, assim como pode melhorar o uso dos recursos. Por fim, é preciso aumentar a qualidade das instituições e o sistema de mercado - uma teia de vendedores, compradores e outros atores que comercializam e trocam, juntos, produtos e/ou serviços - dos Estados (FOOD..., 2017).

Também, é meta da FAO reduzir e, se possível, erradicar a pobreza nas áreas rurais. Assim, as famílias que vivem da produção agrícola terão melhores condições de produzirem mais, conseguindo novos conhecimentos, melhores tecnologias consequentes ao aumento da produção. Tudo isto fará com que a população rural se aproxime e tenha mais espaço para vender os produtos no mercado, que atualmente exige uma maior “*expertise*”¹⁰ e maiores quantidades de capital, recurso financeiro ou material que permite compra ou geração de renda. Isso

¹⁰ Um conhecimento mais vasto e específico sobre a área tratada

é ilustrado pelo exemplo das famílias que se alimentam do próprio plantio e conseguem ter maior segurança alimentar (FOOD..., 2017). Mas, como reduzir a pobreza rural? Segundo a FAO, é por meio do crescimento econômico dos Estados que se alcança menores taxas de pobreza rural. Entretanto, é preciso mais do que isso: deve ser dada a devida atenção para o setor agrícola. Ou seja, o Estado tem que querer investir na produção agrícola e, assim, dar condição para que haja maior renda por parte dos indivíduos que compõem tal setor (FOOD AND AGRICULTURAL ORGANIZATION, 2017).

Além de tudo já mencionado, segundo a FOOD AND AGRICULTURAL ORGANIZATION (2017), ela busca não só aumentar a capacidade das populações de se recuperarem de possíveis choques naturais e crises em geral, mas também fazer com que elas não tenham que enfrentar tais situações. Isto inclui prevenir desastres naturais como enchentes, tsunamis, terremotos, processos de desertificação, assim como Guerras Civis, crises socioeconômicas, entre outros. A referida organização se preocupa com estas questões, uma que as mesmas podem afetar pessoas que consomem e produzem produtos agrícolas. Portanto, há uma atenção especial para aqueles países que enfrentam crises duradouras, principalmente, em se tratando daqueles que possuem altas taxas de pobreza nas áreas rurais. Neste contexto, a FAO afirma que é necessário dar apoio para que os Estados consigam controlar as crises e os choques naturais. É claro que os indivíduos não podem controlar, por exemplo, enchentes, isto é algo que foge do controle de todos. No entanto, é possível agir de maneira a minimizar o impacto dos mesmos sobre a agricultura e é nesta perspectiva que esta organização trabalha.

Neste sentido, obter informações e fazer análises sobre os acontecimentos naturais e as condições geográficas podem prevenir desastres e crises para a agricultura. Todas estas prevenções dependem de investimentos e políticas bem formuladas por parte do Estado. Em relação a crises, como é o caso de Guerras Civis, a FAO defende que é preciso que haja apoio nacional e internacional para a população, de modo a garantir proteção para a mesma (FOOD..., 2017).

A partir de todos estes objetivos, a FAO adota certas maneiras de trabalhá-las na prática. Em situações de crise, sempre que há autorização do Estado em questão, ela trabalha *in loco*¹¹ para dar uma rápida resposta, proteger a população

¹¹ No local.

rural e ajudá-la a se reerguer e se desenvolver novamente através de projetos que são custeados, principalmente, pelos países mais industrializados.

Além disso, a referida organização cria e dissemina informações sobre agricultura para todos os países e, para isso, possui uma grande equipe com vários especialistas para coletar e analisar os dados que servem de apoio para alcançar o desenvolvimento agrícola. Também, a FAO (2017) oferece ajuda aos países na construção de políticas agrícolas, sempre com o intuito de desenvolver e erradicar a fome. Ela tenta promover parcerias entre os países mais ricos e os menos desenvolvidos, assim como a participação do setor privado para fazer investimentos na agricultura que busquem ajudar os pequenos agricultores a se desenvolverem (FOOD..., 2017).

O Iêmen é membro da FAO desde 1990 e, desde então, a referida organização tem tentado auxiliar e combater os problemas, em grande parte mencionados anteriormente, que o país encontra na produção alimentícia e isto não é diferente desde o início da Guerra Civil. Segundo a própria Food and Agricultural Organization (2017d), é prioridade dela oferecer ajuda no desenvolvimento de políticas agrícolas, no aumento da produtividade dos que trabalham e produzem no campo, garantir que o uso dos recursos naturais seja de forma responsável, deixando o uso deles mais eficiente, e amenizar o estado de pobreza da população. Também, ela acredita que é preciso disponibilizar informações e dados para o país sobre o seu setor agrícola, a alimentação de sua população e sobre pontos que afetam a ambos. A partir disto, é notável a criação de sistemas de informações, com análises e dados sobre o país e sua situação, o levantamento de recursos financeiros para realização de projetos locais, o compartilhamento de técnicas agrícolas com os agricultores iemenitas (FOOD AND AGRICULTURAL ORGANIZATION, 2017d; RELIEFWEB, 2016), entre outras ações.

3.2 Estrutura e órgãos que compõe a FAO

As discussões acontecerão na Conferência geral que ocorre bianualmente na FAO, sendo que o comitê será simulado em 2017, ano em que os países se reuniram novamente. Ela é o corpo soberano da organização internacional em questão e tem como função traçar as políticas e aprovar as despesas da mesma, sendo que isto inclui o papel de definir as ações e delegar poder aos corpos submetidos a ela. Também, a Conferência pode fazer recomendações aos países

membros em questões relacionadas a alimento e agricultura, assim como para qualquer outra Organização Internacional (FOOD..., 2017).

A simulação será realizada por meio de moderação tradicional, ou seja, por lista de oradores e haverá quarenta e uma delegações presentes, sendo elas: os trinta países que também são membros da Conferência regional do Oriente Médio e Norte da África da FAO (Iêmen, Afeganistão, Argélia, Azerbaijão, Bahrein, Chipre, Djibouti, Egito, Irã, Iraque, Jordânia, Kuwait, Quirguistão, Líbano, Líbia, Malta, Mauritânia, Marrocos, Omã, Paquistão, Catar, Arábia Saudita, Somália, Sudão, Síria, Tajiquistão, Tunísia, Turquia, Turquemenistão, Emirados Árabes Unidos), além de Canadá, Etiópia, França, Holanda, Reino Unido, Estados Unidos da América, Brasil, Alemanha e Rússia, além de dois membros observadores, sendo eles o Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas (CDHNU) e o World Food Programme (WFP) (FOOD..., 2017).

A FAO possui um Conselho, que executa as políticas traçadas, define o orçamento, manejando as finanças da organização, e cuida das questões administrativas, sempre respeitando o que foi decidido na Conferência. No entanto, o Conselho pode também aconselhar a Conferência sobre o que foi deliberado por ela. Também, é função dele tratar das questões relacionadas à alimentação e agricultura, o que inclui traçar agendas prévias para serem discutidas na Conferência, analisar e aconselhar os países sobre os problemas que compete à FAO, principalmente aqueles de maior urgência (FOOD AND AGRICULTURAL ORGANIZATION, 2017).

A referida organização tem como parte de sua estrutura algumas Conferências regionais, que, como o próprio nome indica, cuida de questões de uma região específica. Existem as Conferências para a África, América Latina, Ásia e o Pacífico, Europa e, a mais importante para esse comitê, a Conferência regional para o Oriente Médio. As funções delegadas a conferências não são complementares às do Conselho, no entanto elas agem de forma mais local, o que as aproximam dos países. Por isso, segundo a própria BASIC TEXTS (2017), esses encontros servem como um fórum de consulta para os Estados da sua respectiva região, o que inclui dar conselhos para problemas sobre alimentação e agricultura. Também, as conferências têm o dever de identificar as maiores necessidades e questões de urgência de sua região e, a partir disto, sugerir agendas para discussão na

Conferência geral. Da mesma maneira como é para o Conselho, as Conferências regionais devem seguir as políticas e os orçamentos traçados pelo corpo superior da FAO, ao mesmo tempo em que as conferências regionais também dão suporte para a conferência geral definir sobre estas questões (BASIC TEXTS, 2017).

Também, a estrutura da FAO engloba variados comitês com variadas características. Existem aqueles comitês técnicos, os quais geram informações e conhecimento sobre alimentação, agricultura e qualquer tema relacionado a estes dois, como é o caso do Comitê sobre Agricultura, Comitê sobre problemas de commodities¹², sobre pesca e o de Silvicultura¹³. Eles têm a função de dar apoio para que as políticas sejam traçadas e executadas pela FAO da melhor forma possível. Eles, portanto, possuem especialistas que geram revisões e análises sobre estes temas (BASIC TEXTS, 2017). Além destes, o Conselho recebe auxílio dos seus comitês em suas funções. Neste sentido, o Comitê de programa, por sua vez, dá assistência no processo de execução e implementação das políticas definidas pela Conferência, sendo que o Comitê de Finanças auxilia nas questões orçamentais da organização. Também, há o Comitê Constitucional e sobre questões legais, o qual garante um suporte para a parte mais jurídica das funções do Conselho (FOOD AND AGRICULTURAL ORGANIZATION, 2017). Por fim, a FAO criou o comitê sobre a segurança alimentar mundial. Ela tem como função promover a coordenação e uma convergência de políticas entre os variados órgãos internacionais, países, organizações privadas, produtores de alimentos, entre outros, em prol da segurança alimentar. Além disso, ela dá suporte, aconselha e monitora em nível nacional o desenvolvimento e implementação das ações de um país contra a fome (FOOD AND AGRICULTURAL ORGANIZATION, 2017).

4 POSICIONAMENTO DOS PRINCIPAIS ATORES

Esta seção irá apresentar os posicionamentos dos atores que possuem maior influência para a crise alimentar no Iêmen e que estarão presentes no comitê da FAO (2017). São eles o Reino da Arábia Saudita, República Democrática do Iêmen, República Islâmica do Irã e Estados Unidos da América.

¹² Matéria prima, recursos primários. Ademais, uma bibliografia a respeito o assunto é <http://g1.globo.com/economia-e-negocios/noticia/2010/05/palavra-do-dia-saiba-o-que-e-commodity.html>.

¹³ Bibliografia:

<http://www.agencia.cnptia.embrapa.br/gestor/agroenergia/arvore/CONT000fmcqbqcwh02wyiv80kxlb36vbkg01.html>

4.1 Reino da Arábia Saudita

A Arábia Saudita possui importância para o tema, uma vez que ela está presente no território iemenita desde março de 2015, quando, liderando uma coalizão, decidiu intervir militarmente no Iêmen. Tal reino defende a ação da FAO no cenário internacional e se diz disponível a participar nas atividades dessa organização, assim como na ONU e nas suas outras agências especializadas (KINGDOM..., 2016). No entanto, na prática, em relação à crise alimentar no Iêmen, a Arábia Saudita tende a dificultar as ações da FAO, já que esse país tem dificultado a entrada de materiais e produtos no território iemenita, o que pode dificultar qualquer tipo de assistência ao setor agrícola que este poderia promover e, além disso, os ataques feitos pela coalizão que os sauditas lideram somente agravam ainda mais a situação do setor agrícola no país (AL JAZEERA, 2017; FOOD..., 2017e). A tendência da Arábia Saudita é, num sentido político, querer garantir aquilo que ela chama de estabilidade e segurança para a região e, conseqüentemente, para o Iêmen, no sentido de querer acabar com qualquer grupo que possa afrontar o governo oficial iemenita, ao invés de dar prioridade para a crise alimentar (JÚNIOR, 2017). Desta maneira, ela defende a ação da FAO no Iêmen, mas não será a favor de sugestões sobre a intervenção ou o fim dos bombardeios, o que facilitaria o trabalho da referida organização.

4.2 República Democrática do Iêmen

O Iêmen tende a aceitar a presença da FAO, e o que exemplifica bem isto é a assinatura de documentos que promovem a cooperação e ação da FAO dentro de seu território. Em um encontro com o Diretor Geral da FAO, o Ministro da Agricultura e Irrigação do Iêmen agradece a atenção que a organização dá ao seu país e reafirma o seu compromisso em continuar cooperando com a mesma para melhorar a situação da agricultura e insegurança alimentar da população iemenita (FOOD AND AGRICULTURAL ORGANIZATION, 2014). Também, fontes oficiais do governo iemenita alegam que são contra a continuação dos conflitos em seu território e, assim, busca por uma resolução dos impasses de forma pacífica, acreditando que a Guerra Civil impacta negativamente de várias formas, inclusive na produção agrícola e disponibilidade de alimentos. De forma mais direta, condena os bombardeamentos feitos pela coalizão internacional liderada pela Arábia Saudita e alega que a intervenção dela em seus assuntos nacionais somente atrapalha o Iêmen a resolvê-

los (MINISTÉRIO..., 2017). O fato é que o Iêmen, por várias razões, não consegue tomar decisões para resolver os seus assuntos nacionais e, por isso, fica de mãos atadas.

4.3 República Islâmica do Irã

O discurso adotado pelo Irã em relação à crise alimentar no Iêmen é de querer enviar suprimentos alimentícios para o país, com o intuito de dar suporte humanitário para quem necessita. Neste contexto, este Estado apoia a ação da FAO no Iêmen, uma vez que envia suprimentos com a ajuda desta organização. Oficialmente, o Irã se mostra preocupado com a alimentação e saúde dos iemenitas e, querendo garantir a paz, apoia o fim da guerra. No entanto, em nenhum momento os iranianos mencionam ou acusam os Houthis de atacarem ou causarem o conflito, mas o contrário acontece com a Arábia Saudita: o Irã condena abertamente os ataques aéreos da coalizão liderada pelos sauditas (MINISTRY..., 2018; MINISTRY..., 2015). Isso pode ser explicado pelo fato de que, segundo Juneau (2016), o Irã não só apoia politicamente os Houthis, mas também envia armamentos para lutarem, ainda que em pouco volume. Isso pode fazer com que o Irã não concorde ou vote a favor de sugestões que a FAO possa vir a fazer para os Houthis sobre suas ações violentas e os impactos delas para a agricultura e alimentação dos iemenitas.

4.4 Estados Unidos da América

Segundo a própria FOOD AND AGRICULTURAL ORGANIZATION (2017d), os Estados Unidos fazem contribuições financeiras relevantes, é vital para que ela consiga realizar o seu trabalho no setor agrícola e alimentício e, por isso, o considera um dos mais importantes atores da organização. Os EUA, desde pelo menos 2016, enviam ajuda humanitária para o Iêmen, principalmente alimentos e água potável para a população e adota um discurso de desejar o fim da crise e do conflito pelo qual os iemenitas passam (USAID, 2017). Com base nisso, espera-se que o país não tenha nenhum problema em contribuir financeiramente para que a FAO possa atuar no Iêmen. No entanto, segundo Ransom (2017), do The Washington Post¹⁴, os EUA enviam armamentos e ajudam militarmente a Arábia

¹⁴ É um jornal diário americano que tem um foco em questões políticas nacionais.

Saudita para lutar contra os Houthis, além de efetuar bombardeios no território iemenita contra o grupo terrorista Al Qaeda, usando um outro discurso de guerra contra o terrorismo. Essas ações somente contribuem mais ainda para a degradação da alimentação e agricultura do país. A questão é que os Estados Unidos são aliados dos sauditas no Iêmen (CORDESMAN, 2016), e isto faz com que eles não sejam a favor de sugestões que podem ser contrárias aos interesses dos árabes.

5 QUESTÕES RELEVANTES NA DISCUSSÃO

A questão mais relevante a ser discutida no comitê está relacionada ao que a FAO pode fazer visando buscar uma solução para a crise alimentar do Iêmen. Neste contexto, almejamos promover uma discussão sobre como esta organização pode agir e o que compete a ela fazer. Ou seja, a pergunta principal é o que a FAO pode fazer, a partir de 2017, para solucionar este problema no Iêmen? Qual será a estratégia adotada por ela para dar uma resposta à crise alimentar?

Também, desde o início mencionamos a importância que a Guerra Civil tem para se entender a crise alimentar do Iêmen (FOOD..., 2017). Por isso, propomos fazer uma discussão sobre os impactos de tal conflito neste contexto e as sugestões que a FAO pode fazer em relação ao mesmo, sempre com o intuito de garantir melhores condições para o setor agrícola e, assim, por fim à crise alimentar.

Outro ponto que merece atenção nas simulações é o setor da pesca. Apesar de ter sido pouco mencionado, esse assunto será tratado futuramente por outros meios, neste guia, ele tem importância para se entender a crise alimentar no Iêmen. A questão é que a pesca fornece alimento para a população, mas há alguns problemas, não muito diferentes do que já foi explicado, que comprometem a sua produção e agrava ainda mais a falta de alimentação dos iemenitas. Portanto, é de nosso interesse debater sobre esta questão para entendermos ainda mais a crise alimentar. Neste contexto, é preciso questionar sobre porque o setor da pesca tem apresentado dificuldades no Iêmen e o que deve ser feito para solucionar mais este problema.

Acreditamos que a crise alimentar não constitui um problema por si só, mas sim por acarretar em algumas questões que afetam diretamente na possibilidade do ser humano continuar vivendo. Assim, concluímos que pode ser relevante questionar

e saber sobre as consequências para a saúde e o estado de pobreza¹⁵ da população que a falta de alimentos no Iêmen traz.

6 TABELA DE REPRESENTAÇÕES

Apesar da relevância de todos os atores listados a seguir, há algumas delegações que acabam sendo mais requisitadas do que outras. Portanto, as delegações com um logo são as que possuem demanda pontual, sendo as com dois logos uma demanda média e três logos altas.

República Democrática do Iêmen	
Reino da Arábia Saudita	
Estados Unidos da América	
República Islâmica do Irã	
República Islâmica do Afeganistão	
República Argelina Democrática e Popular	
República do Azerbaijão	
Reino do Bahrein	

¹⁵ Apesar de explicarmos que a pobreza é uma das causas da crise alimentar, não quer dizer que descartamos a própria crise agravando ainda mais a pobreza. Enfim, a crise alimentar no Iêmen causa a pobreza e vice-versa.

República do Chipre	
República do Djibouti	
República Árabe do Egito	
Reino da Espanha	
República do Iraque	
República Italiana	
Reino Haxemita da Jordânia	
Estado do Kuwait	
República Quirguiz (Quirguistão)	
República do Líbano	
Líbia	
República de Malta	

República Islâmica da Mauritânia	
Reino de Marrocos	
Sultanato de Omã	
Organização Mundial da Saúde	
República Islâmica do Paquistão	
Catar	
República Federal da Somália	
República do Sudão	
República Árabe da Síria	
República do Tadjiquistão	
República Tunisina (Tunísia)	
República da Turquia	

República do Turquemenistão	
Emirados Árabes Unidos	
Canadá	
República Francesa	
Países Baixos (Holanda)	
Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte	
República Federal da Alemanha	
Federação da Rússia	
República Democrática Federal da Etiópia	
República Federativa do Brasil	
Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas	
World Food Programme	

REFERÊNCIAS

AHMED, Walid; ALI, Fued. **Climate change and livelihoods in Yemen: Policy implications for sustainable rural development strategy.** [S.i.]: UNDP, 2017. Disponível em: <<http://www.undp.org/content/dam/yemen/E&E/Docs/UNDP-%20YEM%20Climate%20Change%20and%20Rural%20Livelihoods%20In%20Yemen.pdf>>. Acesso em: 29 jan., 2018.

AL JAZEERA. **UN: Saudis "Should fund all humanitarian aid" in Yemen.** [S.l.]:[s.n.], 2017. Disponível em: <<http://www.aljazeera.com/news/2017/09/yemen-saudi-arabia-fund-humanitarian-aid-170904233611639.html>>. Acesso em: 04 nov., 2017.

ALVES, João Paulo; MACHRY, Patrícia Graeff. **O conflito no Iêmen (2015-presente): Características domésticas, regionais e internacionais de uma Guerra desconhecida.** Boletim de Conjuntura NERINT, Porto Alegre, v.1, n.3, p. 1-74, nov. 2016. Disponível em: <<https://www.ufrgs.br/nerint/wp-content/uploads/2016/12/POR-Alves-Machry.pdf>>. Acesso em: 29 out., 2017.

BANCO MUNDIAL. **Republic of Yemen poverty update: main report.** [S.i.]: [S.n.], vol. 1, 2002. Disponível em: <<http://documents.worldbank.org/curated/pt/557631468764065122/pdf/multi0page.pdf>>. Acesso em: 16 jan., 2018.

CLIMATE RISK AND ADAPTATION COUNTRY PROFILE. **Vulnerability, risk reduction, and adaptation to climate change: Yemen.** [S.i.]: GFDRR, 2011. Disponível em: <<https://www.gfdr.org/sites/default/files/publication/climate-change-country-profile-2011-yemen.pdf>>. Acesso em: 15 jan., 2018.

CORDESMAN, Anthony H. **Saudi Arabia and the United States: Common interests and continuing sources of tension.** [S.i.]: Center for Strategic & International Studies (CSIS), 2016. Disponível em: <https://csis-prod.s3.amazonaws.com/s3fs-public/legacy_files/files/publication/160229_Cordesman_Saudi_Arabia.pdf>. Acesso em: 09 fev., 2018.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS. **Organização alerta para "mais grave crise do mundo" no Iêmen.** Disponível em: <<https://www.dn.pt/mundo/interior/oim-alerta-para-mais-grave-crise-do-mundo-no-iemen-6243564.html>> Acesso em: 16 de maio de 2018

FOOD AND AGRICULTURAL ORGANIZATION. **About FAO.** [S.i.]: FOOD AND AGRICULTURAL ORGANIZATION, 2017. Disponível em: <www.fao.org>. Acesso em: 29 jan., 2018.

FOOD AND AGRICULTURAL ORGANIZATION. **Countries.** [S.i.]: Food and Agricultural Organization, 2017d. Disponível em: <<http://www.fao.org/countryprofiles/index/en/?iso3=YEM>>. Acesso: 03 nov., 2017.

FOOD AND AGRICULTURAL ORGANIZATION. **FAO Director- General meets with Yemen's Minister for Agriculture and Irrigation.** [S.i.]: Food and Agricultural Organization, 2014. Disponível em: <<http://www.fao.org/director-general/newsroom/news/detail/en/c/215651/>>. Acesso em: 06 fev., 2018.

FOOD AND AGRICULTURAL ORGANIZATION. **Policy brief: Food security.** [S.i.]: FAO's Agriculture; [S.i.]: Development Economics Division, 2006. Disponível em:

<<http://www.fao.org/forestry/13128-0e6f36f27e0091055bec28ebe830f46b3.pdf>>. Acesso em: 10 jan., 2017.

FOOD AND AGRICULTURAL ORGANIZATION. **Yemen:** FAO Director-General calls for urgent action to avoid famine. [S.I.]: Food and Agricultural Organization, 2017e. Disponível em: <<http://www.fao.org/news/story/en/item/882904/icode/>>. Acesso em: 04 nov., 2017.

FOOD AND AGRICULTURAL POLICY DECISIONS ANALYSIS. **Country fact sheet on food and agricultural policy trends:** Yemen. Food and Agricultural Organization, 2014. Disponível em: <<http://www.fao.org/3/a-i4127e.pdf>>. Acesso em: 28 out., 2017.

GIESEKE, Craig. **Yemen's water crisis:** Review of background and potential solutions. Virginia: KSC Research Series, 2012. Disponível em: <<http://www.yemenwater.org/wp-content/uploads/2014/10/pnadm060.pdf>>. Acesso em: 10 jan., 2018.

GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. **Nação, nacionalismo, Estado. Estudos Avançados**, n. 22, vol. 62, p. 145-159. Disponível em: <http://www.instituto-camoes.pt/images/cooperacao/aed_ficha_seguranca_alimentar.pdf>. Acesso em: 09 jan., 2018

INTEGRATED FOOD SECURITY PHASE CLASSIFICATION. **IPC analysis:** Summary of findings – Republic of Yemen. [S.I.]: [S.n.], 1 março de 2017 até 31 julho de 2017. Disponível em:

<http://www.ipcinfo.org/fileadmin/user_upload/ipcinfo/docs/IPC_Yemen_AcuteFI_Situation_March-July2017_ENversion.pdf>. Acesso em: 11 jan., 2018.

INTEGRATED FOOD SECURITY PHASE CLASSIFICATION. **Technical Manual:** Version 1.1. [S.I.]: FAO, 2008. Disponível em: <<http://www.fao.org/docrep/013/a1936e/a1936e00.pdf>>. Acesso em: 11 jan., 2017.

INTERNATIONAL RELATIONS INSIGHTS & ANALYSIS. **Yemen crisis.** Disponível em: <<http://www.ir-ia.com/IRIA-Yemen-Crisis.html>> Acesso em: 22 mai., 2018.

JUNEAU, Thomas. **Iran's policy towards the Houthis in Yemen:** a limited return on a modest investment. *International Affairs*, v. 92, n. 3, p. 647-663, 2016.

JÚNIOR, Rodolfo C. Estimo. **Saudi Arabia affirms position on political solution to Yemeni crisis.** [S.I.]: Arab News, 2017. Disponível em: <<http://www.arabnews.com/node/1177811/saudi-arabia>>. Acesso em: 04 nov., 2017.

KINGDOM OF SAUDI ARABIA MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS. **The foreign policy of the Kingdom of Saudi Arabia.** [S.I.]:[s.n.], 2016. Disponível em: <<http://www.mofa.gov.sa/sites/mofaen/KingdomForeignPolicy/Pages/ForeignPolicy24605.aspx>>. Acesso em: 04 nov., 2017.

MANIGLIA, E. **As interfaces do direito agrário e dos direitos humanos e a segurança alimentar** [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. 277 p. Disponível em: <<http://books.scielo.org/id/s3vn9/pdf/maniglia-9788579830143-04.pdf>>. Acesso em: 09 jan., 2018.

MINISTÉRIO DE NEGÓCIOS EXTERIORES DO IÊMEN. **O Ministério de Relações Exteriores condena os crimes de agressão e o mais recente massacre.** [S.i.]: Ministérios de Negócios Exteriores, 2017. Disponível em: <<http://www.yemen.gov.ye/portal/mofa/%D8%A7%D8%AE%D8%A8%D8%A7%D8%B1%D8>>

%A7%D9%84%D9%88%D8%B2%D8%A7%D8%B1%D8%A9/tabid/919/ItemID/12900/View/Details/Default.aspx>. Acesso em: 06 fev., 2018.

MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS OF IRAN. **President in a meeting with Omani parliament speaker:** Iran determined to deepen ties with Islamic countries, including Oman/ We welcome Omani investors activities in Iran. [S.i.]: Ministry of Foreign Affairs of Iran, 2018. Disponível em: <<http://en.mfa.ir/index.aspx?fkeyid=&siteid=3&pageid=1997&newsview=496297>>. Acesso em: 07 fev., 2018

MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS OF IRAN. **Weekly briefing of the foreign Ministry spokesperson.** [S.i.]: Ministry of Foreign Affairs of Iran, 2015. Disponível em: <<http://en.mfa.ir/index.aspx?fkeyid=&siteid=3&pageid=1997&newsview=341543>>. Acesso em: 07 fev., 2018.

NASSER, Amal. **Slow response to Yemen's crisis point to government competence.** Al-Monitor, 2016. Disponível em: <<http://www.al-monitor.com/pulse/originals/2016/07/yemen-crisis-economic-hadi-saudi-arabia.html>>. Acesso em: 29 out., 2017.

OCDE; FAO. **The case of the Food and Agricultural Organization of the United Nations (FAO).** [S.i.]: OCDE; FAO, 2016. Disponível em: <https://www.oecd.org/gov/regulatory-policy/FAO_Full-Report.pdf>. Acesso em: 31 jan., 2018

ONU BRASIL. **FAO alerta para a situação das 14,4 milhões de pessoas que enfrentam insegurança alimentar no Iêmen,** 2016. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/fao-alerta-para-a-situacao-das-144-milhoes-de-pessoas-que-enfrentam-inseguranca-alimentar-no-iemen/>>. Acesso em: 30 out., 2017.

RANSOM, Marjorie. **The United States' role in the crisis in Yemen.** Washington: The Washington Post, 2017. Disponível em: <https://www.washingtonpost.com/opinions/the-united-states-role-in-the-crisis-in-yemen/2017/11/12/5f1fe53e-c667-11e7-9922-4151f5ca6168_story.html?utm_term=.97dd3b20e577> . Acesso em: 09 fev., 2018.

RELIEF WEB. **FAO warns of rapidly deteriorating food security in Yemen.** [S.i.]: Relief Web, 2016. Disponível em: <<https://reliefweb.int/report/yemen/fao-warns-rapidly-deteriorating-food-security-yemen>>. Acesso em: 05 fev., 2018.

SHARP, Jeremy M. **Yemen:** Civil War and regional intervention. [S.i.]: Congressional Research Service, 2017. Disponível em: <<https://fas.org/sgp/crs/mideast/R43960.pdf>>. Acesso em: 29 out., 2017.

UNITED NATIONS HIGH COMMISSIONER FOR REFUGEES (UNHCR). **Yemen** February 2016 Factsheet. [S.i.]: United Nations 2016.

USAID. **Fact sheet:** Additional U.S. assistance for Yemen. [S.i.]: USAID. Disponível em: <<https://www.usaid.gov/news-information/press-releases/dec-12-2017-fact-sheet-additional-us-assistance-yemen>> . Acesso em: 09 fev., 2018.

VASCONCELOS, Lia. **Sociedade:** as dimensões da pobreza. Ipea, Brasília, ano 4, edição 30, 2007. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=1132:repositoragens-materias&Itemid=39> Acesso em: 14 mai., 2018.

XAVIER, Ana Isabel. et al. **A organização das Nações Unidas**. [S.i.]: Humana Global, 2007. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/abc/onu/onu_humana_global_onu.pdf>. Acesso em: 31 jan., 2018.

WALLENSTEEN, Peter. **Understanding Conflict Resolution: War, Peace and the Global System**. [S.i.], 2002. Cap 4, p. 63

WORLD FOOD PROGRAMME. **Market study: Yemen**. [S.i.]: [S.n.], 2010. Disponível em: <<http://documents.wfp.org/stellent/groups/public/documents/ena/wfp230278.pdf>>. Acesso em: 16 jan., 2018.

WORLD FOOD PROGRAMME. **Yemen: Situation Report #24**, de 14 de novembro, 2016. Disponível em: <http://documents.wfp.org/stellent/groups/public/documents/ep/wfp288756.pdf?_ga=2.166163518.1270441405.1509201540-125832454.1500412414>. Acesso em: 28 out., 2017.

WORLD FOOD PROGRAMME. **Yemen: Situation Report #36**, de 16 até 31 de agosto, 2017. Disponível em: <http://documents.wfp.org/stellent/groups/public/documents/ep/wfp293069.pdf?_ga=2.166163518.1270441405.1509201540-125832454.1500412414>. Acesso em: 28 out., 2017.

